



ID: 51013367

27-11-2013

CRISE ECONOMICA

GUILHERME SILVA | DECLARAÇÃO

O deputado do PSD Guilherme Silva e os outros três parlamentares sociais-democratas eleitos pelo círculo da Madeira apresentaram declaração de voto

TURISMO | REFORMA DO ESTADO

O presidente da Confederação do Turismo Português, Francisco Calheiros, disse ontem que "todos os partidos têm de ser envolvidos" na reforma do Estado

ORÇAMENTO ■ MEDIDAS FISCAIS APROVADAS PARA O PRÓXIMO ANO



■ Várias dezenas de taxistas protestaram contra o aumento da carga fiscal

OE 2014 Os impactos positivos

- 😊 Novas medidas atenuantes
- Salvaguarda do IMI para um milhão de famílias
- Governo desce IRC para empresas gradualmente para os 19% até 2016
- Majoração no subsídio de desemprego para casais com ambos os membros no desemprego

Fonte: Elaboração própria

Governo asfixia microempresas

■ Aumento do pagamento especial por conta para 1750 euros e agravamento da tributação autónoma ameaçam tesouraria dos pequenos negócios

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Os pequenos negócios vão estar sujeitos em 2014 a uma forte pressão fiscal. Por via de um aumento de 75% no valor mínimo do pagamento especial por conta e de um agravamento significativo da tributação autónoma, inscritos no Orçamento do Estado para o próximo ano. As pequenas e médias empresas (PME), muitas delas de cariz familiar, correm sérios riscos de entrar em rutura financeira.

Bastonário dos TOC contra subida da carga fiscal

butação autónoma sobre a aquisição de viaturas ligeiras de passageiros é também agravada de forma apreciável: neste momento, o imposto é de 10% e de 20% em função do valor do veículo comprado; em 2014, a taxa será de 15% em viaturas de preço até 20 mil euros, 27,5% em automóveis que custem entre 20 mil e 35 mil euros e de 35% para viaturas acima de 35 mil euros.

Para evitar o pagamento especial por conta, as empresas com faturação até 200 mil euros por ano podem aderir ao regime simplificado. Por esta via, a matéria coletável será calculada, mais uma vez através de métodos indiretos, com recurso a coefi-

cientes aplicados a cada atividade económica.

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, já deixou claro que a reforma do IRC "vem complicar de uma forma muito substancial a determinação do

imposto a pagar [pelas PME] e faz com que "as empresas paguem mais". Já Rogério Ferreira, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, defende que "o lado bom da reforma é o regime simplificado", dado que reduz os custos do contexto."



Paulo Nuncio, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

PAULO NÚNCIO DIZ QUE OS GRANDES VÃO PAGAR MAIS

● O Governo diz que não está a beneficiar as grandes empresas através da reforma do IRC. Às críticas da esquerda, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, garantiu que "as empresas com os lucros mais elevados viram a sua tributação muito agravada nos últimos dois anos." E frisou que pagaram 80% do aumento da receita em 2013.

FRASES

“ A perda de autonomia financeira resultou das políticas desadequadas, tomadas de forma soberana, que se traduziram em sucessivos défices

“ A recuperação da autonomia financeira perdida exige um processo de ajustamento que vai além das condições do programa

“ Exige o equilíbrio efetivo das finanças públicas, a sustentabilidade do sistema financeiro e a transformação estrutural

“ A seis meses do final do programa de ajustamento começamos a perspetivar um futuro mais promissor

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE
Ministra das Finanças